PALAVRA DO DIRECTOR

Caetano Júnior

O contributo possível

Em mãos, o leitor tem uma edição do *Jornal de Angola* cuja parte considerável da informação jornalística está dedicada ao 27 de Maio de 1977. A data ficou marcada na História do país como de triste memória, porque infaustos eventos alteraram a rotina e mudaram a vida de milhares de pessoas, independentemente do lado dos acontecimentos em que estivessem posicionadas.

O 27 de Maio de 1977 eclodiu num contexto particularmente delicado. Angola tinha alcançado a Independência do colonialista português há menos de dois anos e os esforços de quem governava estavam virados para a consolidação dessa conquista, que representa a suprema aspiração de um povo. Portanto, até os mais ténues sinais de ameaça à integridade territorial e à autodeterminação acabada de alcançar tinham resposta, à época e às circunstâncias, tidas como proporcionais.

Assim se explica que um momento tão significativo para a História do pós-independência de Angola permaneça ainda hoje revestido do rótulo "delicado". Portanto, ao longo dos anos que se lhe seguiram, o 27 de Maio de 1977 configurou sempre uma matéria tabu, um não-assunto só lembrado em surdina ou partilhado entre pessoas de credos e valores comuns. Mesmo depois de, nestes novos tempos, o Presidente João Lourenço ter afastado algum do manto agoirento que o ensombrava, ao abordá-lo abertamente, nem sempre o assunto sai ou entra sem causar calafrios.

A produção desta matéria acentuou-nos a convicção de que os eventos que há 42 anos abalaram o país, ainda hoje produzem efeitos em muitos de nós, o que é compreensível, à luz das proporções que atingiram. Era ideia do *Jornal de Angola* reunir o mais extenso contraditório e as versões possíveis, em depoimentos que engajassem pessoas ligadas directa e indirectamente aos acontecimentos. Mas não deu para tanto. Alguns concordaram em se nos juntar, embora, em certos casos, fosse necessária uma maratona negocial; outros mostraram-se irredutíveis no "não", evocando razões pessoais, o que compreendemos, agradecendo, de qualquer forma, a disponibilidade e a paciência que tiveram para nos ouvir.

Propusemo-nos produzir um trabalho abrangente, equilibrado e equidistante, sóbrio como só o âmbito jornalístico. Mas não o conseguimos tão cabalmente; não atingimos a plena felicidade. O nosso objectivo de prestar um completo serviço público por que tanto se clama esbarrou contra outras vontades, guarnecidas no direito, que também lhes assiste, de preferirem o silêncio, de se resguardarem da visibilidade, a mínima que seja. Portanto, em mãos, o leitor tem o contributo possível, alguma claridade que se busca nas trevas em que se transformaram os eventos de 27 de Maio de 1977.

Embora comprometido com a narração dos factos, não move o Jornal de Angola o desejo de acirrar ódios e estimular mágoas. O momento aconselha a reflexão sobre as dramáticas ocorrências, para referência futura, na certeza de que a compreensão de contextos e fenómenos potencia a prevenção e o diálogo. O 27 de Maio de 1977 já foi trágico o suficiente para que ainda se socorra dele para se continuar a criar situações passíveis de dividir angolanos

Nas páginas que se seguem, estendem-se textos recuperados de arquivos, em compilações que ajudam a perceber o ambiente que rodeava o próprio dia 27 de Maio e o imediatamente antes e depois. Depoimentos de alegadas vítimas também são trazidos à luz, tal como proferidos, para que se consagre um trabalho que se pretende completo. A estas pessoas não foi, contudo, permitido que apontassem eventuais culpados pela detenção ou pelo calvário que terão vivido na prisão ou onde tivessem sido enclausurados. A narrativa cingiu-se, pois, à experiência pessoal, sem juízos de valores que se repercutissem sobre terceiros, muitos deles hoje, e de alguma forma, indefesos ou avessos à possibilidade de reviver o passado.

Embora comprometido com a narração dos factos, não move o *Jornal de Angola* o desejo de acirrar ódios e estimular mágoas. O momento aconselha a reflexão sobre as dramáticas ocorrências, para referência futura, na certeza de que a compreensão de contextos e fenómenos potencia a prevenção e o diálogo. O 27 de Maio de 1977 já foi trágico o suficiente para que ainda se socorra dele para se continuar a criar situações passíveis de dividir angolanos. O país já andou fraccionado tempo demais.

É, enfim, expectativa do *Jornal de Angola* que o material produzido traga as perspectivas necessárias e faça incidir alguma luz sobre o assunto. Independentemente do que resulta da leitura dos textos que se seguem, é convicção deste grupo de imprensa ter feito o trabalho possível, à luz das amarras que ainda condicionam algumas vontades, da harmonia que se busca e da necessária pacificação das consciências.

Sobre os dias de 1977 que abalaram Angola

Candido Bessa

Até que ponto somos hoje uma sociedade mais aberta e mais tolerante? A pergunta ganha cada vez mais relevo, à medida que crescem as opiniões de que alguns acontecimentos, acções e medidas antes impossíveis são hoje trazidos a público, até por quem está no poder. O 27 de Maio de 1977 é mais um destes assuntos, cuja abordagem, para muitos, vem confirmar os novos caminhos que o país está a percorrer.

Ao longo de sete páginas, o *Jornal de Angola* procura retratar aquele fatídico dia e mostrar como a sociedade hoje vê o assunto que abalou o país há 42 anos. Um antigo repórter e locutor de um dos programas mais ouvidos da época, um então comissário político e um ex-oficial, e actualmente general na reserva. Pessoas marcadas directamente pelo 27 de Maio de 1977 que hoje contam, na primeira pessoa, as suas vivências. São depoimentos emocionantes de quem sofreu na pele e conta o que viveu, para que situações semelhantes não aconteçam no futuro. É o caso de José Carrasquinha, então apresentador do famoso programa "Kudibangela", preso dias depois do 27 de Maio, concretamente, no dia 30 de Maio, em casa do pai, e transferido para a Cadeia do S. Paulo.

Ou ainda Miguel Francisco, que perdeu a noiva, o apartamento e foi salvo porque, no fatídico dia, estava em casa, em convalescença; ou José Adão Fragoso, que se safou com ajuda de um primo, que, fingindo-se carrasco, deu-lhe uma valente surra, para que ninguém desconfiasse, para que não fosse ele também vítima. Há ainda o depoimento de Silva Mateus, o actual presidente da Fundação 27 de Maio, que, acusado de ter participado na sublevação, confirma-o: "considerando que autorizei que a população transpusesse a primeira cancela que dava para o Palácio, em direcção à Rádio Ecclesia, sim, participei". E acrescenta: "não somos golpistas. Considero-me insurrecto, porque, enquanto militar, dei ordens contrárias às do Governo".

Ao longo de sete páginas, o *Jornal de Angola* procura retratar aquele fatídico dia e como a sociedade hoje vê o assunto que abalou o país há 42 anos. Um antigo repórter e locutor de um dos programas mais ouvidos da época, um então comissário político e um ex-oficial e actualmente general na reserva. Pessoas marcadas directamente pelo 27 de Maio e que hoje contam, na primeira pessoa, as suas vivências

Há ainda a visão de uma individualidade com vasta obra sobre história e culturas angolanas, Alberto Oliveira Pinto. O autor de "História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI", que aborda, à luz da História, entre outros, o papel do Presidente Agostinho Neto nos acontecimentos do 27 de Maio de 1977. Ele afirma: "Ir à procura de quem tinha ou não razão, do meu ponto de vista, não faz o menor sentido. A História não é um tribunal e, por isso, a meu ver, não há nunca, em História, quem tenha ou não razão. Faz sentido, isso sim, é compreender os tempos e as conjunturas, sem nunca silenciar as memórias ou esconder ou escamotear o que quer que seja. Debater sempre, enfim. Isso aplica-se a todos os factos históricos, mesmo àqueles que têm séculos ou milénios".

DR

Nesta edição especial, consta ainda a visão do actual Executivo, liderado pelo Presidente João Lourenço, considerado o protagonista de uma virada histórica, ao permitir um debate livre sobre um assunto ainda ontem tido como tabu. Na voz do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, o Governo assume reparar os danos às vítimas dos conflitos políticos e garante que as do 27 de Maio de 1977 não serão as únicas vítimas com direito a ressarcimento, de acordo com os três princípios - a "historicidade, a reconciliação e o perdão" - que vão orientar a actuação do Governo e que reflectem um "novo ciclo político" nesta matéria em Angola.

Fala-se, também, da necessidade de uma "Comissão da Verdade", para julgar os acontecimentos. Por isso, não é estranha, neste Especial 27 de Maio de 1977, uma abordagem da experiência sul-africana. "A Comissão da Verdade e Reconciliação" foi autorizada a conceder amnistia aos acusados de atrocidades durante o Apartheid, desde que duas condições fossem cumpridas: os crimes tivessem sido motivados politicamente e que toda a verdade fosse contada pela pessoa que buscava a amnistia. Ninguém estava isento de ser acusado. Assim como cidadãos comuns, os membros das forças de segurança a todos os níveis podiam ser acusados e, igualmente, membros do Congresso Nacional Africano (ANC), o partido no poder no momento do julgamento, também poderiam ser acusados. Igualmente, qualquer sul-africano, que se sentisse vítima de violência ocorrida desde 1949 até 1994, podia apresentar-se e ser ouvido, no quadro dos procedimentos, fins e atribuições da TRC. Finalmente, os perpetradores de violência também podiam dar testemunho e pedir amnistia durante o processo.

O Especial 27 de Maio de 1977 é mais um testemunho da história. São diferentes visões que ajudam a clarificar o assunto e contribuir para o debate aberto e desapaixonado que se espera dos problemas do nosso tempo.

EDIÇÕES NOVEMBRO

HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DOS CONFLITOS POLÍTICOS

Um passo de grande alcance histórico

Guilhermino Alberto

Num mundo dilacerado por acções extremistas, que levaram a excessos e à construção de muros intransponíveis nas relações entre povos e famílias, Angola, depois de largos anos de um silêncio tumular sobre o seu passado de violência, decidiu, de moto próprio, construir pontes para o grande reencontro das suas gentes, dentro e fora de portas.

O primeiro grande passo foi dado pelo partido que sustenta o Governo, o MPLA, ao reconhecer, em documento público, que já era tempo de falar com toda a frontalidade, olhando olhos nos olhos, sobre as nossas tragédias e buscar minimizar essas páginas sombrias do passado, usando a carta da unidade e reconciliação nacional, trazendo à tona as milhares de vítimas sem nome e sem rosto desses anos aziagos.

Depois de anos de esquecimento, no meio de um ambiente de indiferença quase total, finalmente, o trabalho de memória histórica está a ser feito. Poucos dias depois das recomendações da direcção do MPLA, o Presidente da República e do partido que sustenta o Governo ordenou, a 26 de Abril, a criação de uma comissão para elaborar um plano geral de homenagem às vítimas dos conflitos políticos que ocorreram em Angola entre 11 de Novembro de 1975, data da independência, e 4 de Abril de 2002, dia da Paz e Reconciliação Nacional.

As autoridades angolanas - com o Presidente João Lourenço à frente - incluem entre os conflitos a reter, nesta homenagem histórica, os trágicos acontecimentos que se seguiram ao 27 de Maio de 1977 ou eventuais crimes cometidos por movimentos ou partidos políticos no quadro do conflito armado.

Esta decisão, de grande alcance histórico, é, para o Governo liderado por João Lourenço, um imperativo político e cívico do Estado angolano para prestar condigna homenagem à memória de todos os cidadãos que tenham sido vítimas de actos de violência, resultantes dos conflitos políticos.

O primeiro grande passo foi dado pelo partido que sustenta o Governo, o MPLA, ao reconhecer, em documento público, que já era tempo de falar com toda a frontalidade, olhando olhos nos olhos, sobre as nossas tragédias e buscar minimizar essas páginas sombrias do passado...

O que se pretende, nesta construção de pontes de concórdia, é uma homenagem sincera a todos aqueles que se desvaneceram como se nunca tivessem existido. Repor os seus nomes, datas de nascimento e de óbito nos arquivos históricos nacionais, e que se preste uma última homenagem a esses homens e mulheres que perderam a vida ou foram caluniados durante essa época de terror.

Ao instituir um mecanismo para a promoção da auscultação e de um diálogo convergente, as autoridades políticas do país reconhecem que pretendem assegurar a paz espiritual da sociedade, face a episódios do passado na convivência nacional que possam perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos.

A Comissão para a Elaboração de um Plano de Acção para Homenagear as Vítimas dos Conflitos Políticos, coordenada pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e integrada por vários outros departamentos ministeriais e o Serviço de Informações e Segurança do Estado (SINSE), deve apresentar, nos próximos dias, o cronograma de implementação das decisões saídas do despacho presidencial de 26 de Abril. A Comissão tem até 31 de Julho de 2021 de concluir os trabalhos.

EDIÇÕES NOVEMBRO

MINISTRO DA JUSTIÇA, FRANCISCO QUEIROZ, NA ONU

Governo vai reparar danos às vítimas do "27 de Maio"

O Governo angolano garantiu reparar os danos às vítimas dos conflitos políticos, incluindo do 27 de Maio de 1977. O facto foi anunciado em Março, em Genebra, ao Comité de Direitos Humanos da ONU, pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Segundo Francisco Queiroz, o início do novo ciclo político, inaugurado pelo Presidente João Lourenço, em 2017, dá garantias de que os direitos humanos assumiram outra dimensão e atenção em Angola.

O ministro deu estas garantias às Nações Unidas, quando fazia a apresentação do Relatório Periódico sobre a Implementação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em Angola, na 125ª sessão ordinária do Comité dos Direitos Humanos.

"Nota-se, com efeito, um novo impulso nos direitos humanos, políticos e civis, destacando-se o encontro com as organizações mais representativas da sociedade civil, a comutação de penas de oito cidadãos presos e a libertação de quatro outros, condenados por crimes contra a segurança do Estado, e a elaboração de um estudo para reparar os danos sofridos pelas vítimas de repressão e por perseguição política, entre os quais as vítimas do '27 de Maio' de 1977," afirmou, na ocasião, o ministro.

Francisco Queiroz assegurou que este mecanismo "não tem uma visão restritiva" e vai muito além do 27 de Maio, abrange "massacres e violências verificadas no período da guerra civil", que se prolongou entre 1975 e 2002, além de "défices de governação". Isto é, casos em "que não foi observado o princípio do contraditório ou nem sequer houve processos" e foram "lesados os direitos das pessoas", disse Francisco Queiroz.

Ainda sobre o alcance do ressarcimento das vítimas dos acontecimentos do 27 de Maio e seus familiares, o governante salientou que "há dois lados": "a tentativa de golpe de Estado, que é condenável", e a resposta a essa tentativa. Aqui, Francisco Queiroz reconhece a existência de "excessos, execuções e perseguições que se prolongaram no tempo" e que "são também condenáveis".

Entre as vítimas do 27 de Maio estão José Van-Dúnem, irmão da actual ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van-Dúnem, a mulher deste, Sita Valles, e Nito Alves, considerado o mentor da contestação a Agostinho Neto.

Os acontecimentos daquela data continuam a motivar diferentes interpretações e o processo de repressão, que se prolongou no tempo, causou um elevado número de vítimas.

Outras vítimas

Mas estas não serão as únicas vítimas com direito a ressarcimento, de acordo com os três princípios - a "historicidade, a reconciliação e o perdão" - que vão orientar a actuação do Governo e que reflectem um "novo ciclo político" nesta matéria em Angola.

Nas declarações, Francisco Queiroz destaca também as vítimas de "massacres e violências" sucedidos durante a longa guerra civil e protagonizados pelas forças da guerrilha (da UNITA) e pelas forças governamentais em "ambiente de guerra".

Nestes casos, destaca o ministro, as investigações serão conduzidas tendo presente que "não se devem abrir novas feridas na sociedade angolana" e não se deve procurar "a retribuição". O objectivo principal será o do "resgate da dignidade e honra das pessoas".

A actuação do Governo, nestes pontos mais sensíveis, corresponde à "estratégia nacional para os direitos humanos", que vai ser apresentada ao Presidente João Lourenço, e em que esta matéria é equiparada às "questões de Defesa, ordem Interna e Segurança Nacional", referiu o ministro, recordando o "marco" que foi o encontro do Chefe de Estado, em finais de 2018, com representantes da sociedade civil, entre eles críticos declarados do Governo.

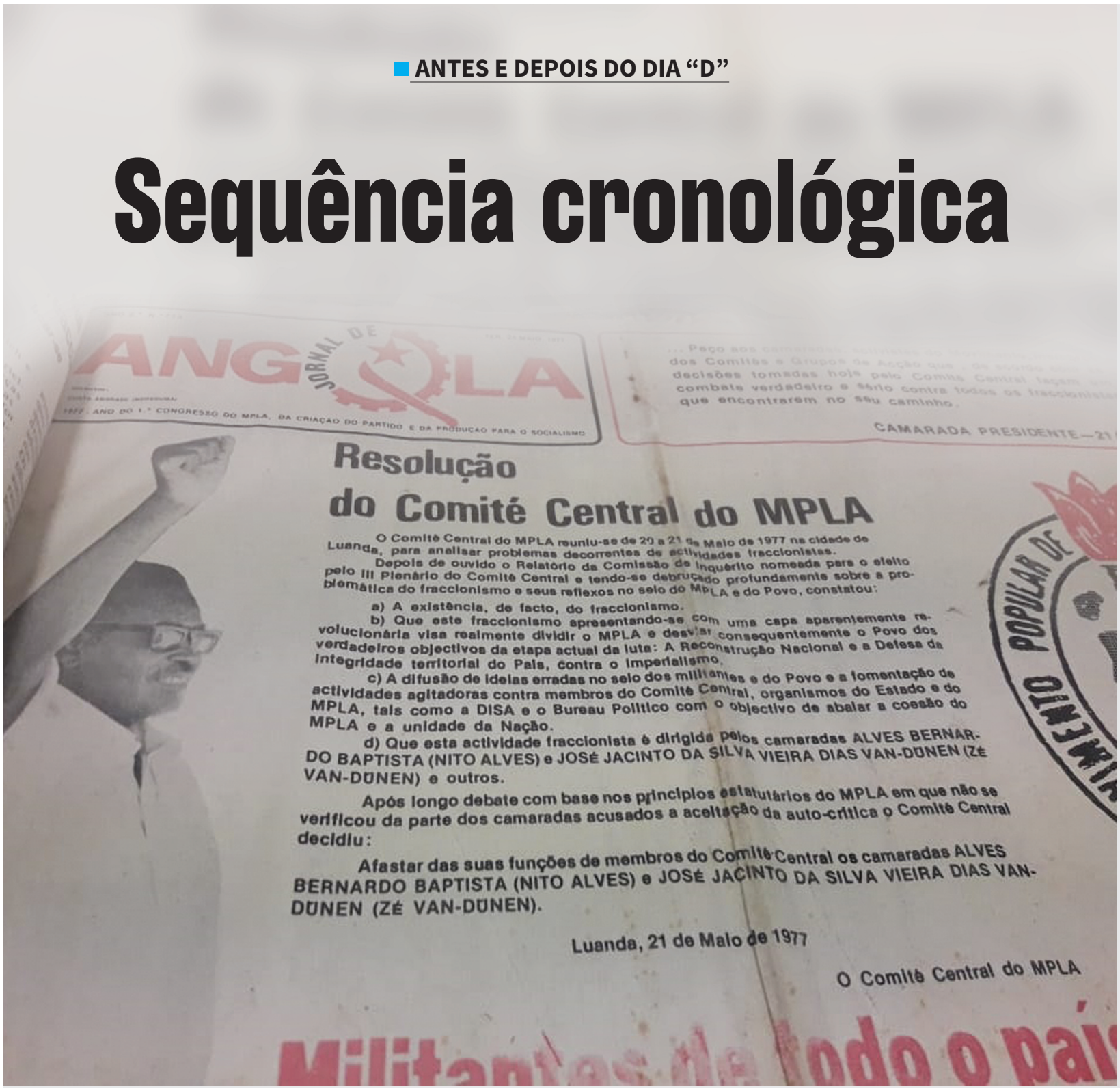
A importância que os direitos humanos passaram a ter em Angola pode atestar-se, reafirmou Francisco Queiroz, pelo facto de passarem a ser matéria analisada pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão consultivo do Presidente da República, e ao qual se poderá dirigir agora a sociedade civil.

"Os angolanos devem ter a capacidade de acompanhamento, monitorização e denúncia dos casos de violações dos direitos humanos nas mais variadas circunstâncias", considerou o ministro, que vão desde a actuação dos órgãos públicos às relações de emprego e a atentados à liberdade individual.

DR

ANTES E DEPOIS DO DIA "D"

Sequência cronológica



Santos Vilola

No primeiro dia do mês no qual o 27 ficou conhecido como a data da purga histórica no seio do MPLA, tinha o país um ano e seis meses de Independência, o Presidente Agostinho Neto admitia que o "fraccionismo" era um mal que dividia o povo e o partido, num comício no Largo 1º de Maio, em Luanda.

Até àquele dia, Agostinho Neto reconhecia que o "fraccionismo" no seio do partido era assunto "especialmente por razões objectivas", mas a "florescer" dentro do MPLA.

Nos pedidos de unidade nacional, Agostinho Neto lembrava que era preciso não dividir "nem por raças, nem segundo tendências políticas ou religiosas nem segundo as regiões" o partido.

Mas era o receio do "fraccionismo" o maior inimigo do partido que tinha proclamado a Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975. "O fraccionismo é um mal que divide a organização, o povo e nós", admitia Neto no comício no Largo 1º de Maio, hoje Praça da Independência, nas comemorações do Dia Internacional do Trabalhador.

A cronologia dos acontecimentos regista que, 17 dias depois, a 18 de Maio, num comunicado, o MPLA reconhecia que "todas organizações se depuram". "Os que entram animados por entusiasmo passageiro ou por interesses perfeitamente particularizados, geralmente afastam-se com as primeiras dificuldades ou acabam por ser expulsos ao constatar que se comportam contra a revolução", lê-se no comunicado, que não faz uma única referência ao "fraccionismo", mas considera "um ponto basilar e inalienável" da condição de militante a fidelidade à linha do partido.

No comunicado há ainda espaço para criticar "camaradas" chamados a desempenhar funções no aparelho de Estado, mas que não são militantes. O MPLA considera que estes burocratas evidenciavam "zelo excessivo" e representam um "travão ao dinamismo que deve ser apanágio da organização partidária". No dia 20 e 21 de Maio, o Comité Central do partido reúne-se, em Luanda, especificamente para analisar "problemas decorrentes da actividade fraccionista", segundo o comunicado do encontro.

Nesta reunião, a Comissão de Inquérito criada para o efeito apresentou um relatório sobre a problemática do "fraccionismo". Entre as conclusões: "a existência, de facto, do fraccionismo". O partido admitia que este "fraccionismo" se apresentava "com uma capa aparentemente revolucionária e visava realmente dividir o MPLA, desviar consequentemente o povo dos verdadeiros objectivos da etapa da luta: a reconstrução nacional e a defesa da integridade territorial contra o imperialismo".

Estava formalmente anunciado, que os "fraccionistas pretendiam difundir ideias erradas no seio dos militantes e do povo, e o fomento de actividades agitadoras contra os membros do Comité Central, organismos do Estado e do MPLA, tais como a DISA e o Bureau Político, com objectivos de abalar a coesão do MPLA e a unidade da Nação".

Nesta reunião, os nomes de militantes acusados de dirigir actividades "fraccionistas" são revelados: Alves Bernardo Baptista (Nito Alves) era o primeiro no relatório da Comissão de Inquérito, criada pelo III Plenário do Comité Central. José Jacinto Vieira Dias Van-Dúnem (Zé Van-Dúnem), o segundo.

No dia 21 de Maio, num discurso à Nação, o Presidente Agostinho Neto apelava à necessidade do "cumprimento rigoroso" da palavra de ordem: "Fazer um combate contra todos os fraccionistas que encontrarmos no caminho".

A cronologia dos factos publicados no *Jornal de Angola* tem uma "branca" sobre o 27 de Maio, depois do dia 21. O registo imediato data de 5 de Junho de 1977. Já a purga tinha acontecido a 27 de Maio. E o registo de 5 de Junho é apenas um comunicado do Comité Central. O partido apresentava aquilo que considera as "características" dos participantes da "intentona criminosa de golpe de Estado":

"São provenientes da clandestinidade e de prisões coloniais. O comunicado acentua que aos "Chipendas" coube a tarefa de destruir o MPLA da guerrilha".

O partido revelava que foram necessários oito meses para preparar o golpe. Cheio de triunfalismos, apesar da chacina que vitimou mais gente inocente, o partido alerta em comunicado:

"Que os últimos acontecimentos sirvam de exemplo para reforçar a disciplina militar", e fala de uma lição "dura e dolorosa" dada a Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

O partido aproveita a ocasião para associar à tentativa de golpe o nome de Viriato da Cruz que, na história que recupera no comunicado, é acusado também de, em 1963, antes da sua expulsão do MPLA, em Leopoldeville (Kinshasa), atentar contra a liderança do partido. Outra tentativa de golpe, segundo o partido, aconteceu em 1972, protagonizada por Daniel Júlio Chipenda.

Luto Nacional

No dia 8 de Junho, o MPLA declarava luto nacional de três dias em homenagem às vítimas do 27 de Maio. Assinado por Lopo do Nascimento, então Primeiro-Ministro, o comunicado suspendia espectáculos públicos naqueles dias. O partido rendeu homenagem aos comandantes "Dangereux", Nzaji, Saydi Mingas, Eurico, Bula, Hélder e Garcia Neto.

Detenção de Zé Van-Dúnem e Sita Vales

O anúncio da detenção de José Jacinto da Silva Vieira Dias Van-Dúnem (José Van-Dúnem) e Sita Vales aconteceu a 18 de Junho pelo Ministério da Defesa, por via de um comunicado emocionado. "Já foi capturado um dos principais cabecilhas do fraccionismo", lê-se na nota. O documento assinalava que os dois "fraccionistas" foram encontrados escondidos num celeiro, numa lavra de mandiocas.

Comissão de Lágrimas

No rescaldo do 27 de Maio, foi criada a denominada "Comissão de Lágrimas", talhada, segundo relatos, para ouvir as pessoas directa ou indirectamente ligadas aos acontecimentos. Até hoje, está por conhecer o resultado do trabalho do grupo, constituído por cerca de uma dezena de pessoas. Aliás, sequer se sabe se a Comissão chegou mesmo a iniciar a tarefa que lhe foi confiada. Daí, o *Jornal de Angola* ter tentado, junto de alguns dos seus (ao tempo) membros, apurar o assunto. Não houve quem se mostrasse disponível, pelas mais diferentes razões, o que é normal.

Na insistência, a repórter ouviu, de um dos então membros, um almanaque de ameaças, com tribunais e processos à mistura. Mas eram desnecessárias. Quer as intimidações, quer a arrogância que as condimentou.

Até hoje, está por conhecer o resultado do trabalho do grupo, constituído por cerca de uma dezena de pessoas. Aliás, sequer se sabe se a Comissão chegou mesmo a iniciar a tarefa que lhe foi confiada. Daí, o *Jornal de Angola* ter tentado, junto de alguns dos seus (ao tempo) membros, apurar o assunto

DR

SILVA MATEUS, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO 27 DE MAIO

"Fui levado pelo contexto político"

Silva Simão Mateus nasceu na Quissama há 63 anos. Foi preso na ressaca daquilo que se convencionou chamar "Intentona", acusado de ter participado na sublevação, o que confirma: "considerando que autorizei que a população transpusesse a primeira cancela que dava para o Palácio, na direcção da Rádio Eclésia, sim, participei". Silva Mateus é também o presidente da Fundação 27 de Maio. Na qualidade de ex-preso e sobrevivente do 27 de Maio de 1977, Silva Mateus congratula-se com a decisão tomada pelo Executivo e pelo MPLA que insta o Governo a resolver os pendentes do 27 de Maio

Rosalina Mateta

"Em nome dos sobreviventes, órfãos e viúvas dos que pereceram damos parabéns ao presidente João Lourenço. Contudo, há aqui um hiato; as questões que a comissão se predispõe a resolver chocam com os princípios prioritários. Mais do que ressarcir, ou indemnizar as vítimas, o nosso critério inicial é de abrir-se o processo do 27 de Maio. Quem quisesse podia ler e inteirar-se do que esteve na origem. Porque não sabemos o que é que pesou como crime aos comandantes que foram fuzilados e outros tantos desaparecidos, conforme declaração do próprio partido, MPLA. Podíamos até dizer que inverteram a situação. Cremos que a resolução dos problemas do 27 de Maio passa pela abertura do processo. Os jornalistas, os historiadores e todos interessados saberiam quando e como foram fuzilados, quem ordenou os fuzilamentos. As pessoas que podem dar esta informação toda estão aí. Nós, Fundação 27 de Maio, debatemo-nos sobre estas questões. A questão do 27 de Maio é diferente. Nos nossos estatutos, temos a construção de um monumento às vítimas. Mas, antes, é preciso que os comandantes sejam exumados e enterrados com honras militares. Porque foram mortos como golpistas, sem qualquer explicação ou pedido de desculpa. Foram elevados a generais de quatro estrelas, a título póstumo, sem que tivessem sido enterrados. Os seus restos mortais onde estão? Depois há outro problema, indemnizar um morto? Quanto vale a vida?

Para a mobilização da população para a manifestação no Palácio, na qualidade de político, militar e coordenador do Cazenga (Congo pequeno), participei activamente.

A minha missão foi mobilizar o povo do bairro para participar no comício no Palácio. Para que facilitássemos as coisas, naquele dia, eu estava de oficial de permanência na Polícia Judiciária, onde é hoje o Tribunal Militar. Na entrada do Palácio, do lado da antiga Rádio Eclésia, valendo-me do meu cargo, fui aos guardas, mostrei o passe e ordenei a abertura da cancela para o povo passar. Já perto do jardim do Palácio, havia outra cancela. Foi ali onde houve tiroteio. As primeiras dezenas de indivíduos morreram ali. E talvez eu tivesse sido o culpado, porque mandei abrir a cancela para o povo seguir para o Palácio.

Fomos apanhados de surpresa, porque não pensámos que a manifestação iria dar no que deu. Apareceram mulheres grávidas, mulheres com crianças nas costas, deficientes físicos, apareceu tudo. Era o povo que foi manifestar-se.

Depois das mortes e detenções que ocorreram no fatídico dia 27 de Maio, ostentando a patente de subinspector da Polícia Judiciária, fui transferido para a Huíla como delegado. Em 1979, viajei para Cuba, para uma formação de 10 meses. Depois fui detectado, durante uma reunião, preso, exonerado das funções e expulso do Interior. Desterrado para o Moxico, onde permaneci cerca de dois anos. Não fui molestado fisicamente. Mas, psicologicamente, foi duro.

Na Calunda, estavam nove mil presos, restaram 800 pessoas. Um massacre. Perguntaram-me onde eu estava e o que fiz e etc. Respondi tudo, não fugi a nada. Então, disseram: 'você considera-se culpado?'. Respondi, 'sim, se é a isto que vocês chamam culpa, sou culpado'. Sabia o que estava a fazer, sabia o que estava a acontecer e estava de acordo.

O que nós pretendemos não é atirar culpas a quem quer que seja. O que nos interessa neste momento é que os problemas sejam resolvidos com dignidade, honra e humanismo. Estes aspectos passam precisamente pela localização dos restos mortais dos comandantes que foram fuzilados. Sabemos que, na Fortaleza S. Miguel ou Museu das Forças Armadas, estão, presumivelmente, pelo menos, os corpos de cinco dos comandantes. Os indivíduos que estiveram por detrás disto ainda estão vivos. Por isso, é que nós nos congratulamos com a criação da comissão, porque integra os organismos e pessoas que, de uma ou de outra maneira, poderão dar o seu contributo.

Portanto, não somos golpistas. Considero-me insurrecto, porque, enquanto militar, dei ordens contrárias às do Governo. Fui levado pelo contexto político, porque foi isso que determinou a minha conduta".

MIGUEL FRANCISCO

Salvo pela convalescença

Autor dos Livros "Chaga", "Nuvem Negra" e "Reflexão", Miguel Francisco foi preso no dia 4 de Junho de 1977, em Luanda, acusado de fazer parte da fracção de Nito Alves. Aos 21 anos, militar no quartel dos Dragões, actual Polícia de Intervenção Rápida (PIR), cumpriu três anos de prisão no Moxico. No processo, perdeu a noiva e o apartamento

Rosalina Mateta

"Estou vivo, a dar esta entrevista, porque estava em casa, em convalescença. Tinha saído do quartel no dia 22. Mesmo assim, foram à minha casa, a uma da madrugada. Bateram insistentemente à porta. As pessoas que eu vi eram mestiças. Isto tem que se dizer, entendam como quiserem. Isto não tem nada a ver com o racismo. Eles, só não me tiraram de casa, porque acredito, como sabiam que eu era um jovem militar, então tiveram medo que eu tivesse uma arma e pudesse reagir.

Não estive em coisa alguma. Eu era militar, não participei em nada, fui à Rádio, porque quando acordei ouvi o " Kudibanguela". Pensei: este programa já foi proibido, está de novo no ar? Então abro a persiana da janela, eu moro no Largo 1º de Maio, e do meu andar, onde tenho uma vista privilegiada, vi muita movimentação de carros, pessoas e fui até lá. Fiquei se tanto até as 10h da manhã e regressei a casa, porque não estava bem de saúde.

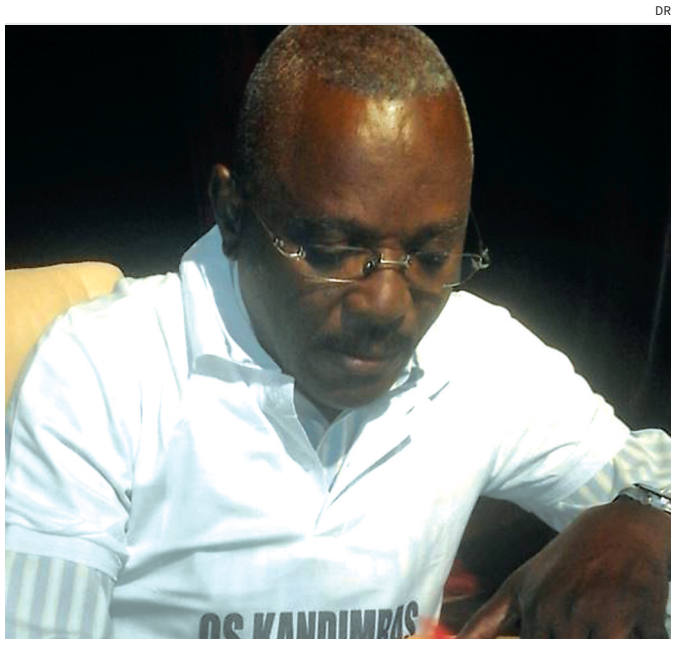
Mesmo depois de sair da cadeia traumatizado, contrariamente aos outros, fiz um esforço, lutei e formei-me. Vivo do meu salário. Já fiz a minha catarse com os livros que escrevi.

Não tenho rancor de ninguém. Mas, pelo que se passou, para o bem do país e para uma verdadeira reconciliação, esta questão do 27 de Maio tem que ser tratada separadamente, até porque o Governo, através do ministro da Justiça, já assumiu que houve atropelos aos Direitos Humanos. As violações contra os Direitos Humanos não prescrevem. Nunca pedi o julgamento de quem quer que fosse, mas o que tenho estado a reclamar e a pedir é que se crie uma comissão para que se descubra a verdade.

Descobrir a verdade é discutir o que esteve na base do 27. Agora, não podemos ver pessoas implicadas nisto, a gente conhece-as, a representar o MPLA, muitos são dirigentes, embaixadores. Isto é bonito? Só em Angola é que acontece... Isto dói àqueles que foram vítimas de uma situação tão repugnante. Para que as pessoas fiquem bem, é preciso que estas pessoas venham a público e assumam as responsabilidades. Não podemos minimizar com generalizações. Não vamos conseguir fazer nada. Ninguém é contra ninguém.

Temos de reconhecer, este processo do 27 de Maio tem de ser discutido publicamente. Só a verdade é que vai purificar as almas para haver a tal reconciliação interna. Sem a verdade, poderão adiar isto por muito mais tempo, mas ela virá um dia ao de cima. Há muitas feridas, muitas mentes recalcadas. Há certidões para passar, há que se explicar bem às pessoas, aos órfãos. Tem de se chamar as pessoas, fique mal quem ficar".

DR



Miguel Francisco diz que não tem rancor de ninguém

DR

LUÍS DOS PASSOS

"Nesta era, devemos fazer um acto de contricção profundo"

Luís dos Passos é um nome ligado aos acontecimentos do fatídico 27 de Maio de 1977 ao lado de Nito Alves, José Van-Dúnem, Bakalof e outros. Tinha na altura 22 anos e desempenhava as funções de comissário político na Direcção Política Nacional das FAPLA. Após o fracasso da insurreição, viu-se obrigado a fugir para as matas, em companhia de outros colegas, onde ficou vários anos até à abertura política no país. Do grupo, apenas ele e o Bagé (falecido em 1999), sobreviveram. Afirma que as contradições políticas no seio do MPLA tinham atingido o cúmulo, mas nega qualquer intenção de golpe de Estado. Na primeira pessoa, traça respingos dos acontecimentos:

Diogo Paixão

"Aquando da insurreição de 27 de Maio, a minha missão como comissário político do Estado-Maior General das FAPLA era estabelecer a ligação com o político da Missão Cubana em Angola e assessores soviéticos. Levá-los a falar com Zé Van-Dúnem e Nito Alves. O assessor soviético, Viktor, dizia cautelosamente que só o facto de dar a sua opinião podia ser entendido como intromissão nos assuntos internos, enquanto o político cubano, major Vitória, defendia que se devia fuzilar o Zeca Ndongo, por não aceitar a moção de apoio à expulsão de Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

Não tenho dúvidas de que as contradições internas no MPLA tinham atingido o cúmulo, mas não se estava perante uma revolução. Noutros termos, estariam as condições políticas objectivas e subjectivas preparadas? É questionável. Deixemos para os investigadores.

Vejamos: no dia 25 de Maio, Nito Alves foi avisar o Presidente Neto que largaria as massas, porque não admitia pactuar com corruptos e agentes da PIDE no Comité Central.

Uma vez fracassada a insurreição, preferimos passar à clandestinidade, numa resistência prolongada e armada. Os meus camaradas, infelizmente, esperavam ser julgados.

Eu saí de Luanda por Catete, Pango Aluquém, Quibaxi e Piri, por não acreditar em julgamento.

Vivi nas fazendas de café do Sousa Leal, Cajete, Magila, cerca de um ano, por acharmos que mais próximo do quartel do adversário é o melhor sítio para se esconder. Em 1978, fomos para as matas da 1ª Região, Dembos e Nambuangongo, Quitexe, nas margens do Rio Dange ya Menha.

Não tenho dúvidas de que as contradições internas no MPLA tinham atingido o cúmulo, mas não se estava perante uma revolução. Noutros termos estariam as condições políticas objectivas e subjectivas preparadas? É questionável. Deixemos para os investigadores

Com armas de fogo, vivíamos na mata como sobreviventes, comendo tubérculos silvestres como gingamba, pesca e de animais que caçávamos. Evitávamos confrontos directos militares, pois éramos apenas dois sobreviventes. Os demais tinham sido presos, outros morreram de fome ou mortos por animais ferozes.

Passámos muita fome, principalmente nos períodos de seca. Chegámos a ficar 60 dias sem comer nada ou comendo dendém e bebendo maruvo e muita água fervida para evitar contaminações.

De resto, tínhamos que saber produzir naquilo que se chamam bolsas, pequenas clareiras na selva densa, onde plantávamos mandioca, milho, bata doce, etc.

Doenças graves como o paludismo eram constantes. Curávamos com ervanária tradicional: mudianhoca, ditumbata, malva, burututo, etc. Suturávamos os ferimentos com agulha e linha normal. Arrancava os meus próprios dentes a sangue-frio. Enfim, encarava o sofrimento com o chamado "optimismo militante", princípio marxista que nos ensinava que outros tinham sofrido mais do que nós!

Em 1982, durante o Campeonato Mundial de Hóquei, construímos, numa lavra de mandioca, na zona de Camburututo Piri, um subterrâneo onde vivíamos mais confortavelmente.

Em 1984, a UNITA chegou à zona e tínhamos que nos proteger das bombas da aviação das FAPLA num bunker.

Golpe de Estado? Insurreição? Serão outros capítulos a ler nas minhas memórias.

Em Dezembro de 1989, fruto da Política de Clemência e Harmonização Nacional, apresentamo-nos sem mais constrangimentos. Dois meses depois fiz 35 anos.

Tinham decorridos 12 anos e sete meses

Sempre esperei por este momento de reconciliação nacional. Não tem sido fácil conviver com esta dura realidade: a discriminação social. Quando cheguei da mata, nas folhas de inquérito da Segurança de Estado nunca encontrávamos espaços para nós. Podíamos ler se eras da UNITA, FNLA, FLEC. Mas, fraccionista, não. Talvez porque pensavam que estávamos todos mortos ou não tínhamos direitos! A exclusão social, a não promoção de quem esteve envolvido no fraccionismo, foi sempre um facto.

Nesta era onde há um novo paradigma e o nosso Presidente quer, de facto, apelar à reconciliação nacional, devemos fazer um acto de contricção profundo. Os que pensam que podem construir o futuro com as amarras do passado, fantasmas e horrores de ontem estão equivocados. Se não queremos condenar o futuro do país saibamos construir o futuro agora. "Quem não esteve no informe divulgado na altura pelo Bureau Político nunca esteve ligado aos acontecimentos do 27 de Maio".

JOSÉ CARRASQUINHA

"Fiquei preso quase dois anos"

Muitas versões têm sido divulgadas sobre os acontecimentos de 27 de Maio de 1977. Cada parte procura apresentar a sua "verdade". Na sequência destes episódios, José Carrasquinha esteve preso quase dois anos na Cadeia do São Paulo e na Casa de Reclusão. Conhecido na altura pelo programa radiofónico que apresentava na RNA, o "Kudibanguela", Carrasquinha fala daquele momento e das peripécias por que passou

DR

Diogo Paixão

"No dia 27 de Maio fui trabalhar. Era repórter-locutor da Rádio Nacional de Angola (RNA). Também apresentava o Kudibanguela. Vivia-se no país um momento sensível. O director mandou-me fazer a cobertura do acontecimento. E fui. Já não consegui regressar, porque, por volta das 11 horas, todo o perímetro do 1º de Maio estava cercado de cubanos. O director era o Matoso, agora se era João Matoso ou Alberto Matoso já não me lembro."

Fiquei preso quase dois anos. Eu e outras pessoas que estiveram presas nas mesmas circunstancias estamos em liberdade condicional, por uma razão muito simples. Primeiro, fui preso sem culpa formada; segundo, puseram-me na rua sem guia de soltura. Portanto, tecnicamente, ainda estou preso. Para agravar a situação, nunca me pagaram o dinheiro que me devem.

Este tempo todo que fiquei sem trabalhar (porque a partir do 27 de Maio deixei de trabalhar) alguém tem que me pagar, porque não fui exonerado. Esta é a realidade. Agora, como é típico neste país, alguém vai falsificar documentos para dizer que eu pedi exoneração.

Já fui à Rádio e aquilo era uma maquineta devidamente oleada. Este diz que vai ali, outro diz que não sou eu e assim vamos andando. Se eu recebesse a 'massa' que essa malta me deve, seria milionário, não teria que estar aqui a vender ovos.

Este pequeno espaço que estou a explorar (bar) faz parte do chamado instinto de sobrevivência. Isso não conta, o que conta é o dinheiro que me devem e mais nada.

Fui para uma cela onde estava a malta da Revolta Activa. Isto foi na Cadeia do São Paulo. Conheci lá o Gentil, o Justino, Menezes, Pinto de Andrade e outros. Estes também queriam dar golpe de Estado? Depois, fui transferido para a Casa de Reclusão. Estive num corredor que se chamava "Corredor da Morte". Éramos 44 indivíduos que lá estávamos e acabámos 22. Entre mortos e feridos sobra sempre alguém e fui um dos tipos que sobreviveu. Aquilo era tão quente que até no tempo do frio usava abano.

Tinham-me dito que seria fuzilado se estivesse a mentir. Como sabia que a qualquer momento podia morrer, deixei a tristeza de lado. Quando viro filósofo, costumo dizer que pobre triste é um homem morto. Você já é pobre, vai ficar mais triste para quê? Lá na cadeia, o dia-a-dia era ouvir barulho devido à porrada.

Fui parar na Rádio Nacional em 1974, depois de ter passado por algumas revistas. Fui o primeiro negro a entrar lá como jornalista. Encontrei o Francisco Simons, o Berenguel, o Paulo Pinha, o ministro João Melo, Lucrécio Cruz, a Luísa Fançony e outros. Fui preso dias depois do 27 de Maio, concretamente no dia 30 de Maio, em casa do meu pai, e transferido para a Cadeia do S. Paulo.

Tinha dois filhos. Foram buscar-me por volta das 9 horas. Tinham cercado todos os becos que davam acesso à casa. Fui eu quem ligou para me virem buscar. Depois do 27 de Maio, o carro de recolha da RNA não ia à minha busca para ir trabalhar. "Decidi ligar pessoalmente para o serviço. Veio uma equipa completa de agentes à minha busca. Cercaram a casa e alguém lá fora, utilizando um altifalante, gritou: 'Carrasquinha não se mexa'. Ficaram com o fio de ouro que a minha namorada me tinha oferecido".

JOSÉ ADÃO FRAGOSO

Safou-se com a ajuda de um primo

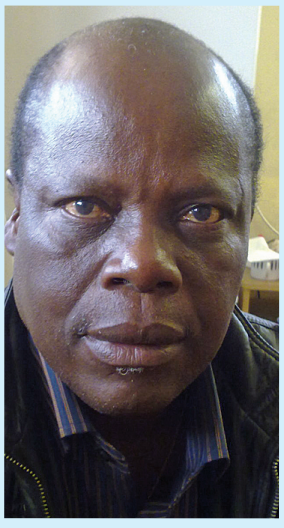
Graciete Mayer

José Adão Fragoso é politólogo e activista cívico e dos direitos humanos. Antigo funcionário sénior do Secretariado do Conselho de Ministros, nasceu a 14 de Agosto de 1948, na localidade de Kaxikane. Licenciado em Ciências Políticas e Administração do Estado, actualmente é vice-presidente da Fundação 27 de Maio.

"Fui à primeira região e juntei-me à guerrilha que ainda não tinha terminado. Foi lá onde encontrei os comandantes Nito Alves, Bakalof, JAP, Monstro Imortal e tantos outros, na altura liderados pelo actual embaixador de Angola em Cuba, César Augusto Kiluanje. Foi lá onde fiz a formação de comissário político das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola). Entro para o MPLA, porque o processo político e revolucionário exigia de todos nós o engajamento voluntário, que culminaria com a Independência de Angola.

Os encontros com Nito Alves são incontáveis, porque sempre que houvesse necessidade estávamos juntos e o cerne da conversa era, essencialmente, os propósitos da nossa luta contra o colonialismo português mas, até então, tais propósitos não se vislumbravam na prática.

DR



Éramos jovens na casa dos 20 anos e tínhamos toda aquela energia e espírito revolucionário. Começamos a preparar as palavras de ordem que seriam proferidas no dia da manifestação, slogans como "Avante o Poder Popular" e o reenquadramento de Nito e Zé Vandúnem no Comité Central".

Na madrugada do dia 27 de Maio centenas de pessoas, fundamentalmente jovens, deslocaram-se até ao Palácio. Eu vivia, então, no bairro Popular, na Rua de Sá Viana Rebelo Nº 111, e mobilizei as massas nos bairros e fomos até ao Palácio Presidencial por volta das 8 horas, para, junto do Presidente Neto, não só para persuadi-lo a depurar alguns elementos que emperravam o processo revolucionário em curso, mas também repor a justiça diante da injustiça praticada contra Nito e Zé Van-Dúnem. E quando cheguei ao Largo Hoji-ya-Henda, defronte do Ministério da Defesa, já os manifestantes tinham sido dispersos pelos cubanos aliados à Guarda Presidencial. A manifestação teve muita adesão. Enquanto no Palácio, manifestantes eram dispersados com tiros, havia gente aqui na Mutamba a deslocarem-se para lá.

Depois disso, todos começaram a dirigir-se em direcção à RNA, porque havia informações de que lá havia manifestantes. Não havia um plano prévio para uma concentração na RNA e TPA, pois o único local escolhido era o Palácio Presidencial.

O povo dirigiu-se à Rádio e Televisão onde foi repelido pelas referidas forças transportadas pelos blindados. Saí daí para a minha casa no bairro Popular. Chegado a casa, meu pai lá estava e muito preocupado comigo. Perguntou se valera a pena a manifestação. Eu não o respondi. Começou a queimar todos os papéis e documentos que havia em casa. Eu estava consciente de que o pior estava para vir, porque o MPLA havia declarado que tinha sido frustrada uma tentativa de golpe. No dia seguinte, dois homens fardados bateram à porta e todos membros da minha família já esperavam o pior. Fui levado ao Ministério da Defesa sem mostrar resistência e consciente de que iria morrer. Permaneci detido por dois dias. Estes foram os dias mais longos de minha vida. O meu primo, que era chefe de um pelotão do Exército, reconheceu-me e gritava que eu era um homem altamente perigoso. Agrediu-me e dizia, em kimbundu, para ter calma. Surrou-me e a mais quatro pessoas. Depois, colocou-nos num camião e levou-nos ao edifício da antiga DISA, localizado defronte ao ex-Parlamento, e colocou-nos numa cela. Depois de uns dias, retirou-nos de lá, sem roupas e com muito frio. Voltou a levar-nos para outro lugar, de que já nem me lembro, onde havia pessoas de confiança que também queria salvar. O camião foi andando connosco (acho que era de madrugada) e chegou às imediações do Golfo, onde nos permitiu a fuga.

No Golfo, consegui chegar a casa da minha irmã e ali permaneci durante 14 meses, até à altura em que, em 1978, em Cabinda, Agostinho Neto proclamou a política de clemência aos sobreviventes do 27 de Maio. Ali apareço, publicamente, como se tivesse saído da cadeia".

EXPERIÊNCIA SUL-AFRICANA

"Comissão da Verdade"

Faustino Henrique

Independentemente de eventuais falhas, a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação, na África do Sul, foi um exemplo positivo para África e para o mundo, razão pela qual em muitos Estados, com uma realidade pós-conflito, levantaram vozes que defendiam a necessidade de um exercício semelhante.

Aqui, em Angola, não falta(ra)m vozes que desde há algum tempo defenderam a necessidade de criação de uma comissão com funções, atribuições e fins semelhantes às da criada na África do Sul, nos anos 90, do século passado. E não há dúvidas de que, embora o período do longo conflito armado o justifique, o foco principal continua a ser os acontecimentos do dia 27 de Maio de 1977, cujos processos que levem ao seu completo esclarecimento e encerramento nunca conheceram iniciativas dignas desse desiderato.

Perto de duas décadas desde o fim do conflito armado, não faltam vozes que persistem, porventura com alguma razão, na ideia de que Angola devia também e à semelhança de outras realidades, como a sul-africana, criar uma comissão que tratasse de tudo o que se passou, desde a identificação das vítimas, responsabilização ou assumpção das responsabilidades, pessoais ou colectivas, e eventualmente a possibilidade de reparações materiais, financeiras e espirituais. Esse desiderato podia efectivar-se, não necessariamente por via da criação de uma "Comissão da Verdade e da Reconciliação", mas do seu equivalente ou de algo que servisse ao menos para que se esclarecesse tudo o que se passou durante os anos de conflito militar.

Perto de duas décadas desde o fim do conflito armado, não faltam vozes que persistem, porventura, com alguma razão, na ideia de que Angola devia também e à semelhança de outras realidades, como a sul-africana, criar uma comissão que tratasse de tudo o que se passou, desde a identificação das vítimas, responsabilização ou assumpção das responsabilidades, pessoais ou colectivas, e eventualmente a possibilidade de reparações materiais, financeiras e espirituais

Provavelmente, para responder a esta aspiração, quase que generalizada, em que seguramente a experiência sul-africana, com a criação da TRC, terá pesado de alguma maneira, o Presidente da República, João Lourenço, ordenou, no dia 26 de Abril do corrente, a criação de uma comissão para elaborar um plano geral de homenagem às vítimas dos conflitos políticos que ocorreram em Angola entre 11 de Novembro de 1975 a 04 de Abril de 2002.

Segundo a nota da Casa Civil do Presidente da República, que dava a conhecer publicamente a criação da Comissão para Elaboração de um Plano de Acção para Homenagear as Vítimas dos Conflitos Políticos, a "intentona golpista do 27 de Maio de 1977" e eventuais crimes pelos movimentos nacionalistas ou partidos políticos farão igualmente parte do processo.

Esta comissão, de iniciativa presidencial, poderá ser, seguramente, a versão angolana da Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana, que poderá contribuir para encerrar definitivamente o "Dossier 27 de Maio" e promover o reencontro entre todos os angolanos.

Realidade sul-africana

Do inglês "Truth And Reconciliation Commission" (TRC), a Comissão da Verdade e Reconciliação foi estabelecida nos termos da Lei de Promoção da Unidade Nacional e Reconciliação, nº 34 de 1995, e baseada na Cidade do Cabo, curiosamente a então capital política durante o regime do Apartheid.

A TRC teve um número de membros de alto perfil, entre celebridades do mundo religioso, político, jurídico e até nacionalistas anti-Apartheid, nomeadamente o arcebispo Desmond Tutu (presidente), Dr. Alex Boraine (vice-presidente), Mary Burton, Advogado Chris de Jager, Bongani Finca, Sisi Khampepe, Richard Lyster, Wynand Malan, Reverendo Khoza Mgojo, Hlengiwe Mkhize, Dumisa Ntsebeza (chefe da Unidade de Investigação), Wendy Orr, Advogado Denzil Potgieter, Mapule Ramashala, Dr. Faizel Randera, Yasmin Sooka e Glenda Wildschut.

O trabalho da TRC foi organizado em três subcomissões, -o Comité de Violações de Direitos Humanos (HRV, sigla em inglês), que investigou violações de direitos humanos que ocorreram entre 1960 e 1994, o Comité de Reparação e Reabilitação (R&R, sigla em inglês), encarregado de restaurar a dignidade das vítimas e formular propostas para ajudar, e o Comité de Amnistia (AC), que considerou pedidos de amnistia que foram solicitados de acordo com as disposições da Lei.

Qualquer sul-africano que se sentisse vítima de violência ocorrida desde 1949 até 1994, poderia apresentar-se e ser ouvido no quadro dos procedimentos, fins e atribuições da TRC. Os perpetradores de violência também poderiam dar testemunho e pedir amnistia durante o processo.

As audiências formais começaram em 15 de Abril de 1996. As audiências fizeram manchetes internacionais e muitas sessões foram transmitidas pela televisão nacional. A TRC foi uma componente crucial do processo de transição entre o regime de minoria branca para a democracia plena e livre na África do Sul e, apesar de algumas falhas, é geralmente considerada como uma experiência muito bem sucedida.

Em teoria, a comissão foi autorizada a conceder amnistia aos acusados de atrocidades durante o Apartheid, desde que duas condições fossem cumpridas: os crimes tivessem sido motivados politicamente e que toda a verdade fosse contada pela pessoa que buscava a amnistia. Ninguém estava isento de ser acusado. Assim como cidadãos comuns, os membros das forças de segurança a todos os níveis podiam ser acusados e, igualmente, membros do Congresso Nacional Africano (ANC), o partido no poder no momento do julgamento, também poderiam ser acusados. À 5392 pessoas foi recusada a amnistia, enquanto 849 receberam, efectivamente, a amnistia, num universo de 7112 peticionários (houve um número de categorias adicionais, tais como retiradas).

A comissão gerou muitas testemunhas dando depoimentos sobre os actos secretos e imorais cometidos pelo Governo do Apartheid, pelas forças de libertação, incluindo o ANC, e outras forças pela violência que muitos dizem que não teriam sido reveladas de outra forma. Em 28 de Outubro de 1998, a Comissão apresentou o seu relatório, que condenava ambas as partes, o então regime racista da África do Sul e os movimentos nacionalistas, por cometerem atrocidades.

O *Jornal de Angola* procurou ouvir o embaixador da República da África do Sul em Angola para, na primeira pessoa, detalhar a importância do exercício a que a pátria de Mandela se propôs fazer como passo para a materialização do processo de pacificação, estabilização, democratização e reconciliação, mas não foi bem sucedido até ao "deadline" para a conclusão do trabalho relacionado com os acontecimentos do dia 27 de Maio de 1977.

HISTORIADOR ALBERTO OLIVEIRA PINTO

"Não há uma verdade única sobre o 27 de Maio"

Autor de uma já vasta obra sobre história e cultura angolanas, da qual avulta a "História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI", Alberto de Oliveira Pinto, doutor em História, traz-nos uma visão do 27 de Maio de 1977, à luz da História. Entre outros tópicos, fala do papel de Agostinho Neto nos acontecimentos daquele fatídico ano

DR

Isaquiel Cori

Vós, historiadores angolanos, tendes a maturidade, serenidade e isenção suficientes para narrar a verdade do 27 de Maio de 1977?
Em História, é sempre mais difícil abordar factos da História recente. O 27 de Maio de 1977 não tem ainda meio-século. Por isso, para mim, é recente ou mesmo contemporâneo. Penso, no entanto, que ao mesmo tempo – parece paradoxal, mas não é – se há uma necessidade em apurar a verdade – ou as verdades – há que deixar falar as pessoas que a viveram e que ainda se encontram vivas. Eu não vivi o 27 de Maio. Tinha 15 anos na época, mas já vivia em Portugal. O 27 de Maio, ao tempo, chegou-me apenas pelos meios de comunicação social portugueses e por alguns familiares que andavam entre Angola e Portugal. Mais tarde, vim a conhecer pessoalmente, em Portugal, muita gente que o viveu e que me transmitiu diversíssimas visões. Houve um período, nos anos de 1994 e 1995, em que realizei no CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), em Lisboa, uma investigação que se restringiu a ler de ponta a ponta as edições do *Jornal de Angola* de então, nomeadamente, os discursos de Agostinho Neto e os editoriais de Fernando Costa Andrade (Ndunduma Uelépi). Acabei por não fazer nenhum trabalho a partir dessa investigação e a minha especialidade, como historiador, virou-se, sobretudo, para a história do discurso colonial e para a história cultural angolana. Entre 2012 e 2016, escrevi a "História de Angola", cuja 3ª edição foi publicada em Lisboa, no passado dia 15. Nela dedico sete páginas ao 27 de Maio. Procurei sintetizar tudo o que recebi de informações de testemunhas, um bocadinho da minha incompleta investigação dos anos de 1990 e, sobretudo, do que apurei com os trabalhos de dois historiadores indubitavelmente autorizados: a infelizmente já falecida Dalila Cabrita Mateus e o meu amigo Jean-Michel Mabeko-Tali, que, além de ser um historiador meticuloso e honestíssimo, é também ele uma testemunha do 27 de Maio, pois vivia em Luanda na época. Foi com orgulho que traduzi para português e posfaciei a versão ampliada do seu livro Guerrilhas e Lutas Sociais. O MPLA perante si próprio. 1960-1977, cuja 2ª edição vai ser lançada em Lisboa, no próximo dia 29.

E já agora, qual é a verdade do 27 de Maio de 1977, à luz da História?
Aí encontramo-nos perante outro paradoxo aparente na actividade de um historiador. Embora eu entenda que um historiador deva pugnar pela verdade, doa a quem doer, nunca se pode dizer que haja uma verdade única. As perspectivas dos homens são sempre diferentes e é isso que dignifica a História e as demais ciências sociais. O importante é que sejamos intelectualmente honestos e prestemos atenção a todas as fontes.

Há consenso, entre os historiadores, sobre a natureza das ocorrências do 27 de Maio de 1977? Foi uma tentativa de golpe de Estado? Um levantamento popular?
Evidentemente que, pelo que acabei de afirmar, não pode haver consenso entre os historiadores. Do meu ponto de vista, houve uma tentativa de golpe de Estado a 27 de Maio de 1977. Quando se ocupa uma estação de rádio e um quartel e se exalta o povo a sair à rua e a marchar até ao Palácio presidencial, estamos perante o quê? Tal, porém, de modo algum justifica a repressão sangrenta que se seguiu.

> **"Ir à procura de quem tinha ou não razão, do meu ponto de vista, não faz o menor sentido. A História não é um tribunal e, por isso, a meu ver, não há nunca, em História, quem tenha ou não razão. Faz sentido, isso sim, é compreender os tempos e as conjunturas, sem nunca silenciar as memórias ou esconder ou escamotear o que quer que seja. Debater sempre, enfim. Isso aplica-se a todos os factos históricos, mesmo àqueles que têm séculos ou milénios"**

Há uma dificuldade tremenda em encontrar interlocutores que, à época, estavam em posição de poder. Na sua opinião a que se deverá isso?
O motivo só pode residir no facto de, efectivamente, terem sido praticados crimes na repressão à tentativa de golpe de Estado a 27 de Maio. No entanto, compreendo que certas pessoas não queiram falar e tenham esse direito.

Qual é a explicação para tanta violência, tanta intolerância, associadas ao 27 de Maio?
Não vejo qualquer explicação para a violência e para a intolerância, seja em que circunstância for. Há coisas que, para mim, não têm nunca qualquer justificação, nomeadamente, a violência física e a corrupção.

O MPLA/Estado em 1977 estava envolto num conflito intestino e ao mesmo tempo tinha poderosos inimigos externos, a si e ao país. Como é que o MPLA/Estado se conseguiu manter de pé, num cenário de aparente fragilidade?
Precisamente pelo que acabou de dizer: conseguindo tornar-se um partido-Estado, mantendo-se como tal até hoje e sabendo habilmente adaptar-se às conjunturas históricas internacionais. Ao tempo, estava-se em plena Guerra Fria, também chamada conflito Leste-Oeste. Quer queiramos, quer não, com maiores ou menores divergências, mesmo entre Cuba e a União Soviética, o certo é que o MPLA saiu vitorioso, conseguindo o apoio do Bloco Leste. Penso, no entanto, que o Ocidente também tem qualquer coisa a dizer, porquanto os EUA e os países europeus ocidentais, como a França, nunca deixaram de ter capitais em Angola, no que diz respeito à produção petrolífera e diamantífera.

Algo de que se fala muito e de que se vai falar mais, certamente, é o papel de Agostinho Neto no quadro daqueles acontecimentos. Ele tinha como pôr um travão a tudo aquilo? Era possível?
Conheci pessoas não angolanas – inclusive que nunca estiveram em Angola – e muito isentas que conheceram pessoalmente Agostinho Neto na juventude e que me garantiram que ele não podia ser o autor dos discursos aterradores que proferiu. O certo, porém, acrescentavam, é que Agostinho Neto aceitou lê-los em público. Não sei se Agostinho Neto tinha como pôr um travão, mas, como Chefe de Estado, sem dúvida que teve a sua quota-parte de responsabilidade pelo que aconteceu. É certo que a liderança de Agostinho Neto dentro do partido desde 1962 – e Jean-Michel Mabeko-Tali demonstra-o bem no seu livro Guerrilhas e Lutas Sociais. O MPLA perante si próprio. 1960-1977 – nunca favoreceu o debate de ideias, o que contribuiu muito para o desprestígio de Agostinho Neto depois do 27 de Maio. Inclusive, há quem ponha em causa a sua qualidade como poeta. A meu ver, é um dislate. A obra literária de Agostinho Neto e de outros autores seus contemporâneos é incontornável. Não sendo intocável – pois ninguém o é –, Agostinho Neto é, indubitavelmente, o primeiro chefe de Estado da Angola independente e isso é inalienável. Mais uma vez, segundo a análise de Jean-Michel Mabeko-Tali, um dos erros cometidos por Nito Alves foi precisamente o facto de ter projectado um golpe de Estado mantendo a cabeça do Estado, ou seja, Agostinho Neto.

Acha que faz sentido estar a discutir hoje quem tinha ou não tinha razão?
Ir à procura de quem tinha ou não razão, do meu ponto de vista, não faz o menor sentido. A História não é um tribunal e, por isso, a meu ver, não há nunca, em História, quem tenha ou não razão. Faz sentido, isso sim, é compreender os tempos e as conjunturas, sem nunca silenciar as memórias, esconder ou escamotear o que quer que seja. Debater sempre, enfim. Isso aplica-se a todos os factos históricos, mesmo àqueles que têm séculos ou milénios.

O Presidente da República, João Lourenço, criou por decreto uma comissão para estudar e propor o tipo de homenagem às vítimas dos vários conflitos políticos de 1975 a 2002. O que acha dessa medida?
Acho uma medida acertada. As homenagens são sempre lugares de memória e um Chefe de Estado deve preservar as memórias do seu povo.

Quando escreveu a sua "História de Angola" teve dificuldade em abordar os acontecimentos relacionados com o 27 de Maio de 1977?
Nunca é fácil abordar a História. E as dificuldades que defrontei, já as mencionei. No entanto, penso que o que vale a pena referir é alguns dissabores por que passei, depois de publicar o livro. Por um lado, certos sectores ligados ao poder em Angola (que, evidentemente, não posso identificar aqui) censuraram-me por, alegadamente, ter mencionado um número "excessivo" de mortos no 27 de Maio. Na verdade, os números que apresentei são díspares, uns apresentados por Dalila Cabrita Mateus e outros por Jean-Michel Mabeko-Tali. Nas minhas 7 páginas, não fui muito além de pôr em confronto os dois historiadores, o que entendo perfeitamente plausível num trabalho como o meu livro "História de Angola", que se pretende de carácter compendiador. Mas, por outro lado, alguns amigos em Portugal, defensores da ideia de que não houve qualquer conspiração nem qualquer golpe de Estado a 27 de Maio, passaram a olhar-me de soslaio, por eu manifestar essa perspectiva e inclusive por ter utilizado, mesmo entre aspas, a expressão "fraccionista". Insisto na ideia de que, para um historiador, a verdade tem que ser sempre apurada, doa a quem doer. Mas é triste que o nosso trabalho, por vezes, acabe com algumas amizades. E o 27 de Maio é um excelente exemplo.